

AS PRÁTICAS DO MOVIMENTO COOPERATIVO COMO LUGARES DE EDUCAÇÃO

Walter Frantz

wfrantz@unijui.com.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI

Paolo Alfredo Schönardie

pschonardie@gmail.com

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI

José Odelso Schneider

odelso@hotmail.com

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Recibido: 21 de marzo de 2017

Aceptado: 21 de mayo de 2017

Resumo

O foco temático deste artigo está nas práticas do movimento cooperativo como lugares de educação, tendo em seu cerne a pergunta sobre a relação entre cooperação e educação. O texto é oriundo de reflexões teórico-críticas a partir da experiência de atuação dos autores durante décadas junto a organizações cooperativas. Desse contexto surgem questionamentos relativos ao papel da educação em uma organização cooperativa. Objetiva-se potencializar o debate teórico e que este possa servir de instrumento prático ao movimento cooperativo. Conclusivamente observa-se que associados e associadas se educam nas relações sociais e econômicas da cooperação, podendo-se afirmar que o movimento cooperativo constitui um lugar de educação.

Palavras-chave: Movimento cooperativo, Práticas cooperativas, Educação para cooperação.

Abstract

This article focuses on the practices of the cooperative movement as places of education. It has at its core the question of the relationship between cooperation and education. The text is derived from theoretical and critical reflections from the work of the authors' experience for decades with the cooperative organizations. In this context, some questions concerning the role of education in a cooperative organization arise. The objective is to enhance the theoretical debate and it can serve as a tool for practicing the cooperative movement. We observed that cooperative members educated themselves in the social and economic relations of cooperation, so that we can say the cooperative movement is a place of education.

Keywords: Cooperative movement, Cooperative practices, Cooperative education.

1.- Introdução

O presente texto tem como fio condutor a pergunta sobre a relação entre cooperação e educação. Isto é, pergunta-se pela função ou papel da educação em uma organização cooperativa. No núcleo do texto se encontra o desafio da reflexão sobre práticas de cooperação e educação sem o qual, segundo Freire, “a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (1996, p. 24).

Inicialmente, é importante dizer de que se trata de uma reflexão que tem como referência a convivência e a experiência profissional, junto a grupos sociais que, de alguma maneira, sempre depositaram na organização cooperativa uma esperança de poderem melhorar, através de suas múltiplas práticas e serviços, as suas condições de vida.

Na visão de Severino (2007, p. 12), “a experiência da vivência subjetiva é condição inelutável de todo e qualquer saber sobre a condição humana e sobre todos os aspectos em que ela se desdobre na efetividade do real”. Escrevem Jara e Falkembach que “a experiência é sempre vivencial: implica uma vinculação física, emocional e também intelectual com o conjunto de elementos da trama imediata com a qual o sujeito se relaciona. Experiências são lugares vivos de criação e produção de saberes” (2013, p. 163). Afirma também Dubet que “a experiência é uma actividade cognitiva” (1994, p. 95). O conhecimento, portanto, é produto da capacidade de pensar e viver o mundo, de atribuir significados à realidade; é gerado no esforço por entender e fazer a vida na relação com o outro.

Escreve Feyerabend (2011, p. 8): “o conhecimento é parte de um processo histórico complexo”. Kuhn (2005) ensina que, no caminho da ciência, da produção do conhecimento, estão crenças, erros, frustrações, anomalias, problemas, quebra-cabeças, constituindo uma complexidade processual que faz avançar o conhecimento. Assim, os seres humanos, nos diferentes espaços sociais de suas atividades de vida, constroem interpretações, explicações, afirmam visões de mundo, elaboram teorias. Afirma Feyerabend (2011, p. 21): “pessoas oriundas de antecedentes sociais diferentes abordarão o mundo de maneiras diversas e aprenderão coisas diferentes a seu respeito”. Portanto, não há um conhecimento único. Trata-se de um processo aberto. Na visão do autor (2011, p. 40) “interesses, forças, propaganda e técnicas de lavagem cerebral desempenham, no desenvolvimento de nosso conhecimento e no desenvolvimento da ciência, um papel muito maior do que geralmente se acredita”.

No processo da convivência social e, especialmente, no processo de produção de sua sobrevivência e afirmação, na relação com a natureza ou com os demais seres humanos, os indivíduos e os coletivos constroem conhecimentos, processam educação, aprendem e desenvolvem capacidades. Enfim, constroem contextos históricos que acolhem suas vidas.

Ao longo de décadas, especialmente, junto a organizações cooperativas do meio rural, foi possível conhecer diferentes iniciativas e experiências de cooperação. Aqui,

porém, não se trata de descrever essas experiências em suas decorrências específicas. Entretanto, da inserção em práticas cooperativas nasceram perguntas, que remetem à reflexão sobre educação e cooperação. Nesse sentido, a interlocução teórica se torna essencial às práticas do movimento cooperativo na medida em que contribui, criticamente, com os processos de gestão das organizações cooperativas.

2.- O sentido da organização cooperativa

O termo cooperação – *co-operare* – contém em sua raiz etimológica latina a noção de trabalho, de relações sociais de trabalho. A cooperação implica o sentido social do trabalho. Entretanto, trata-se de um conceito aberto a múltiplos usos, tais como o de definir ações ou relações entre indivíduos. É também empregado como um conceito de organização institucional, neste caso, materializando-se numa cooperativa (Boettcher, 1974).

Pinho (1966) considera que, apesar de os termos ‘cooperação, cooperativa, e cooperativismo’ terem a mesma base epistemológica de cooperar, isto não configura o mesmo fenômeno social. Enquanto cooperação significa ação conjunta com vistas a um objetivo comum, cooperativismo representa uma doutrina ou uma ideologia, e cooperativa seria uma organização de pessoas organizadas em um empreendimento de cunho econômico-social, constituindo-se as referências dessa organização pelos princípios e valores do cooperativismo.

A cooperação como processo social associativo não pode ser reconhecida como um processo exclusivo das cooperativas, pois está presente em outras entidades e em outros espaços da sociedade e também em outras épocas, desde a mais remota história da humanidade. Essa maneira de organização pode ser gerada de várias formas: espontânea, coercitiva, formal, informal, direta, indireta. Também por isso não gera “naturalmente” benefícios iguais entre todos, em especial quando ela é reconhecida nos modelos de cooperação coercitiva e formal.

A palavra cooperativa expressa um conceito que está relacionado à economia, tendo como seu núcleo a remuneração do trabalho. Uma organização cooperativa é, teoricamente, uma *associação* de pessoas e não de capitais, embora seus objetivos e interesses sejam de ordem econômica, vinculados à valorização de seu trabalho, no contexto das relações de mercado. Trata-se de uma associação que, através de uma empresa por ela criada prioritariamente, atua em função das necessidades materiais de vida ou na perspectiva dos interesses econômicos de seus componentes. Em função disso, a associação organiza instrumentos e meios de atuação nas relações econômicas, ou seja, mediante uma empresa cooperativa (Frantz, 2002).

No contexto de uma economia de mercado, segundo Boettcher (1974), as cooperativas, predominantemente, são estruturadas como instrumentos estratégicos de atuação com vistas ao objetivo de apropriação de resultados, visando a satisfação de suas necessidades e interesses. Assim, a cooperação pode ser vista como uma estratégia

instrumental de organização e atuação nas relações de mercado, onde os interesses dos indivíduos predominam sobre as suas necessidades. Isto é, economias individuais se associam com vistas à inserção ao mercado e à realização de interesses econômicos.

Nesse caso, a cooperação é uma prática social vinculada e é condicionada pelas questões fundamentais da economia como as de produzir e distribuir bens e riquezas em favor do trabalho dos cooperantes. Como tal expressa um processo social, condicionado em termos de tempo e lugar, que, no entanto, incorpora cultura, valores ou comportamentos específicos de quem coopera.

Touraine afirma que “um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. [...] visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo em que a vitória sobre um adversário social” (1998, p. 254). No movimento social cooperativo o conflito se localiza, historicamente, no processo de apropriação dos resultados da produção, por parte de seus associados, diante das forças do mercado. A realização de valores pode ser identificada pela observância dos princípios doutrinários do movimento cooperativo, na dinâmica social de organização e funcionamento de uma cooperativa. Portanto, ações e interações de práticas de cooperação, além dos objetivos práticos, são orientadas por valores culturais (Winter; Mändle, 1980), que lhes dão consistência e sentido. Afirma Severino que

ao agir, o homem (sic) está sempre se referenciando a conceitos e valores [...] todas as situações que vive e todas as relações que estabelece são atravessadas por um coeficiente de atribuição de significados, por um sentido, por uma intencionalidade, feita de uma referência simultaneamente conceitual e valorativa (2005, p. 138).

Escreve Marques que

constrói-se a vida humana na tensão entre a produtividade do sujeito prático-empírico, sujeito da técnica exigida pela sobrevivência social, e o sujeito da palavra significativa, sujeito da poíesis ligado à dimensão criativa dos muitos mundos possíveis e enraizado no imaginário social insubmisso às formas da domesticação e da vontade de poder (1999, p. 39).

Por isso, a partir dessas afirmações pode-se entender que a noção de organização cooperativa é mais ampla que uma simples instrumentação técnica. Tem também uma dimensão política vinculada aos interesses do trabalho das pessoas. A organização cooperativa nasce de um movimento social que traz em seu bojo histórico a questão da valorização do trabalho humano (Vester, 1975). Trata-se, portanto, também de um movimento político que constitui a identificação, a associação e a comunicação –entre os que trabalham– como seus instrumentos de atuação, de interação. Como tal, a organização cooperativa também pode ser definida como um lugar de educação política ao levar os seus integrantes à comunicação e ao debate sobre os valores, os interesses e os objetivos da cooperação.

O cooperativismo moderno, a partir do século XIX, se constituiu como uma reação às dificuldades técnicas, sociais, políticas e culturais, frente à lógica da acumulação do capital. As modernas formas de organização cooperativa nascem no espaço do mercado capitalista, isto é, onde as relações econômicas são ditadas pelo interesse do capital. A cooperação moderna propõe mudanças na organização econômica da sociedade, mediante a instauração de um sistema baseado em associações-cooperativas, de caráter econômico, postas a serviço das necessidades e dos interesses de quem trabalha (Tillmann, 1980). Disso decorre sua natureza e seu sentido político como movimento social pela organização cooperativa.

O termo *política*, aqui, implica a noção de processo social, de relação entre pessoas, que buscam se identificar e construir algo em comum, abandonando seu *locus* de interesses apenas individuais e se colocando em espaços coletivos. Nesse processo, ao constituírem um cotidiano de comunicação e de debate, educam-se politicamente, no movimento da afirmação ou da negação de suas argumentações.

Concretamente, em uma cooperativa, a educação acontece no preparo dos associados para a cooperação, como um processo de qualificação política e técnica dos associados (Berndt, 1980; Frantz, 1980). Portanto, trata-se de uma questão que está no campo da gestão de uma cooperativa. Afirma Severino “que muitos dos padrões que marcam o nosso agir derivam de imposições que são de natureza sociocultural, ou seja, dos próprios homens (*sic*), vivendo em sociedade, acabem impondo uns aos outros determinadas normas de comportamento e de ação” (2005, p. 139). Nesse processo de construção da convivência social, podem-se identificar os fundamentos da educação para a cooperação.

3.- Educação e cooperação

A gestão de um empreendimento cooperativo depende de muitos fatores, dentre os quais o conhecimento e compreensão de todas as suas dimensões culturais, sociais, técnicas e econômicas. Afirma Souza que “uma empresa autogestionária é mais que uma empresa, pois se assemelha a uma família, marcada por laços afetivos e também é uma organização social de orientação ideológica” (2000, p. 7), e, assim, compromete e responsabiliza reciprocamente seus integrantes. Certamente, na percepção desses fatores está um dos requisitos ou desafios maiores aos dirigentes e administradores de organizações cooperativas.

Severino afirma que “a prática educativa prepara para o mundo do trabalho e para a vida social” (2005, p. 138). Dessa percepção nasce a dimensão pedagógica da gestão em organizações cooperativas. A pedagogia da gestão das práticas cooperativas consiste em orientar as ações de cooperação a favor da valorização do trabalho dos associados.

Por isso, no caso de uma cooperativa, pode-se falar de uma educação para a cooperação, porém, como um processo social, inerente a sua organização e funcionamento, como meio de gestão. Sendo a cooperativa instrumento do trabalho, a

educação para a cooperação afirma a importância do diálogo entre os cooperantes e a sua plena consciência sobre o caráter social, justo, transparente e solidário da organização. Desse modo, opõe-se ao sentido tradicional de educação, afirmado ao longo do processo capitalista de produção, com o objetivo de qualificar as pessoas para a produção sob a lógica do capital e como processo de geração e afirmação de valores de legitimação dessa lógica, realizada sob o princípio da individualização e da concorrência (Mészáros, 2005).

O movimento cooperativo moderno, tendo como referência histórica a experiência cooperativa de Rochdale, iniciada em 1844, na Inglaterra, nasceu das lutas pela valorização do trabalho humano e não da remuneração do capital investido (Tillmann, 1980). Junto a diferentes grupos sociais com dificuldades de inserção ou acesso, especialmente, aos benefícios da economia, afirmou-se uma economia fundada em solidariedade, tendo na organização cooperativa seu fundamento cultural, social e político. As iniciativas de afirmação e construção de processos sociais cooperativos, através de diversos empreendimentos em diferentes tempos e lugares, deram ênfase às práticas educativas, voltadas à cultura de valores e comportamentos de cooperação, num contexto de mercado hostil, frontal e hegemonicamente individualista e competitivo. Nesse movimento, a educação sempre foi relacionada como princípio histórico fundamental do processo de organização e funcionamento de uma cooperativa (Faust, 1977). Portanto, existe uma relação histórica entre práticas cooperativas e práticas educativas.

No cooperativismo brasileiro, as atividades de educação também sempre foram valorizadas, sendo-lhe atribuídas diferentes funções, tais como: promoção da fidelidade cooperativa, qualificação da organização do quadro social, homogeneização de valores e comportamentos associativos (Frantz, 1980). Essa valorização das atividades educativas se dá, especialmente, junto às iniciativas de economia solidária. Segundo Souza essas iniciativas “ainda têm pouco peso econômico, mas possuem grande significação cultural, afinal são experiências destacadamente educativas” (2000, p. 7). Na afirmação e construção desses processos sociais dá-se ênfase às práticas educativas, voltadas à cultura de valores e comportamentos de cooperação.

Esse quadro de iniciativas, entretanto, exige novas aprendizagens e de forma lenta e constante. Escreve Gohn: “passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e a dar-se grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos” (1999, p. 92). Afirma Souza que

nos empreendimentos solidários vêm ocorrendo outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos de cidadãos (2000, p. 10).

Todos estes são elementos que no processo educativo podem e devem contribuir para reforçar a autoestima dos cooperados. Pois, segundo a máxima atribuída a José Maria

Arizmendi Arrieta, inspirador e fundador do complexo cooperativo de Mondragón, ‘se há cooperação, podemos ser solidários, e se temos solidariedade, podemos progredir sem donos’ (Larranaga, 1981). Assim, o verdadeiro processo da cooperação cooperativa exige associados que sejam os efetivos protagonistas das ações e dos empreendimentos cooperativos, ou seja, que os dirijam de forma autônoma, democrática, solidária e participativa. O agente cooperativista é convidado para construir um empreendimento que esteja sob sua condução e responsabilidade, e não a serviço de terceiros, que passariam a assumir a condição de seus donos, os seus patrões, os que pensam, dirigem e planejam em seu lugar e que se apropriam dos resultados. O associado cooperativo, como dono e usuário de empreendimentos criados por ele, em ação solidária com outros companheiros, quer ser seu próprio patrão, quer assumir a audácia de suas próprias iniciativas e riscos, mas com competência individual e coletiva.

Co-operar é, assim, “compartilhar coisas. Ao compartilhar coisas, os homens aprendem a conhecer-se, a viver como próprio o problema de seus semelhantes” (Bianco, 1987, p. 25). Cooperar, pois, pressupõe a associação das pessoas, numa adesão voluntária e consciente a um projeto, a um objetivo que interesse a todos. No dizer de Maria Tereza Leme Fleury,

a cooperativa é uma associação de pessoas que se rege por três princípios básicos: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa. A propriedade cooperativa significa que os usuários da cooperativa, e não os detentores do capital são seus proprietários; a gestão cooperativa implica que o poder decisório se concentra nas mãos dos associados; a repartição cooperativa significa que a distribuição dos excedentes (ou das sobras) da cooperativa (as sobras líquidas) é feita, proporcionalmente, à participação dos associados nas operações da mesma (1983, p. 21).

Continua a autora:

Esses princípios conferem à cooperativa o caráter de “empresa-associada” segundo a expressão de Henri Desroche. Nesta definição de “empresa-associada” estão incluídas as dimensões fundamentais das sociedades cooperativas: a associação voluntária de pessoas que constitui a sociedade e o empreendimento comum pelo qual esta sociedade alcança seus objetivos (p. 22).

Por essa perspectiva, se apresentam alguns elementos básicos do cooperativismo:

a) O cooperativismo afirma a primazia do trabalho sobre o capital, uma das teses fundamentais do Humanismo Social Cristão. Em função desta hegemonia, tenta orientar as relações econômicas, empresariais, sociais e culturais, através de um processo democrático e participativo, calcado na primazia da pessoa sobre quaisquer outros interesses, nos valores da liberdade, no mutualismo, na justiça social, na equidade, na autonomia e na cooperação e solidariedade entre as pessoas e para as pessoas; b) Os valores anteriormente mencionados nos quais o cooperativismo se inspira, são

professados como constantes referenciais das correntes socialistas, sindicalistas e cooperativistas, desde os inícios da revolução industrial capitalista desencadeada na Europa a partir de meados do Século XVIII e aprofundada durante o Século XIX (Fleury, 1983; Schneider, 1999; Schneider, 2010).

A organização e o funcionamento de uma cooperativa exigem de seus integrantes *cooperantes* uma comunicação de interesses e objetivos, que se traduz em práticas de participação (Hettlage, 1987). Nesse movimento de interlocução se cumpre um processo educativo, fundado nas dinâmicas de construção e reconstrução das práticas cooperativas. Por isso, pode-se afirmar que os espaços das práticas do cooperativismo, em sua construção e funcionamento, constituem-se em campos de educação.

Segundo Severino, além da transmissão de conhecimentos científicos e técnicos, é preciso que a educação seja mediação da percepção das relações situacionais, que possibilite aos educandos “a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí poderão também se dar conta do significado de suas atividades técnicas e culturais” (2005, p. 151).

Pode-se aceitar a ideia de que apenas sob essa dimensão as organizações cooperativas serão, verdadeiramente, lugares de educação, apoiados “no tripé formado pelo domínio do saber teórico, pela apropriação da habilitação técnica e pela sensibilidade ao caráter político das relações sociais” (Severino, 2005, p. 151). Sob essa dimensão, as organizações cooperativas adquirem importância social e podem ser valorizadas como meios de organização e atuação para a qualificação do processo de desenvolvimento local. Na visão deste autor, portanto, a educação deve ser assumida como uma prática técnica e política.

4.- Considerações sobre o lugar da educação em cooperativas

Se o objetivo prático de uma organização cooperativa aponta para questões econômicas, entretanto, não se pode desconhecer que, além disso, no espaço da organização cooperativa, fazem-se presentes questões sociais, políticas e culturais. São questões que podem acolher processos educativos e de aprendizagem. Podemos afirmar que nas práticas da cooperação, isto é, nas organizações cooperativas, existem processos educativos, diluídos em suas atividades de natureza associativa, voltadas às economias de quem coopera.

Libâneo (1998, p. 22) define a educação como “o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.” Afirma Brandão (1995, p. 9): “não há uma única forma nem um único modelo de educação”. Sabemos que vários e distintos são os lugares e os processos da educação. Para Libâneo (1998, p. 71) “a prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade”. Inclusive, isso a constitui como um espaço de poder e expressa seus objetivos. No caso

de uma organização cooperativa, a educação está vinculada ao seu sentido associativo e instrumental.

Em nossa visão, a educação para a cooperação deve obedecer à dupla natureza de uma organização cooperativa, isto é, trata-se de uma associação de pessoas e de um instrumento empresarial. Disso decorre que, além da importância da qualificação técnica, “impõe-se à educação como sua tarefa essencial a construção da cidadania” (Severino, 2005, p. 149). Através das práticas educativas em uma organização cooperativa, coloca-se o desafio de reconstruir a identidade das ações dos indivíduos com o sentido do coletivo no contexto de cultura que produz sempre mais indivíduos, articulados uns aos outros através de um sistema de valores, segundo a lógica capitalista. Apesar disso, pode-se afirmar que as organizações cooperativas, hoje, podem constituir importantes espaços de educação, de aprendizagem e de construção de poder, condições necessárias para o enfrentamento das realidades adversas no rápido e profundo processo de transformações, especialmente, no mundo do trabalho, no qual predomina de forma hegemônica a lógica capitalista.

Certamente, apesar dessa situação, existe a oportunidade de gerar uma nova consciência social, que se traduz em uma dimensão educativa e que, por sua vez, constitui a base para novos valores e comportamentos. Também na realidade cooperativa, a educação ganha centralidade como processo de construção de conhecimentos, de promoção de valores e atitudes, que possam fundar alternativas à lógica do capital. “O conhecimento é a ferramenta fundamental de que o homem (*sic*) dispõe para dar referências à condução de sua existência histórica” (Severino, 2005, p. 138).

No movimento cooperativo do campo da economia solidária, entendido como possibilidade de alternativa de organização e atuação dos indivíduos, é valorizada a educação “como mola-mestra de geração de novas potencialidades e habilidades a serem adquiridas pelos indivíduos” (Gohn, 1999, p. 73). Impõe-se conhecimento e cooperação no sentido da criação de novas possibilidades de convivência social e ambiental, entre elas a solidariedade.

Nesse sentido, a educação para a cooperação ganha importância, pois os indivíduos precisam incorporar as novas exigências e construir seus instrumentos de atuação no contexto dos desafios. A necessidade e a importância de cooperação, de associação, de solidariedade e de educação se fundamentam nas dificuldades para se realizar a produção e a distribuição de riquezas em um mundo, cada vez mais, exigente e competitivo. Coloca-se a questão de educar pelos desafios práticos da vida. Frente a isso, a educação e a cooperação se entrelaçam e se potencializam como processos sociais acolhedores dos desafios que vêm das circunstâncias históricas. Severino adverte, entretanto, que a incorporação das novas normas de comportamento e de ação “pressupõe uma espécie de adesão por parte das pessoas, individualmente, ou seja, é preciso que elas vivenciem, no plano de sua subjetividade, a força do valor que lhe é, então, imposto” (2005, p. 139). Nisso está, sem dúvida, uma das funções da educação para a cooperação e da comunicação nas organizações cooperativas.

Na visão de Morin é preciso “aprender a viver, a dividir, a comunicar, a comungar” (2000, p. 76). O autor coloca a questão da educação, da responsabilidade social e da solidariedade no centro de suas preocupações com a sobrevivência da própria humanidade. Assim, a partir de suas reflexões sobre os saberes necessários à educação do futuro, pode-se entender que a educação para a solidariedade e para a cooperação deve ser uma tarefa fundamental, hoje.

No diálogo da cooperação, pela avaliação crítica das práticas cooperativas, processa-se a educação pela ação comunicativa, com os participantes integrados a um projeto comum. Ao se educarem para a cooperação, produzem conhecimentos e aprendizagens necessárias aos fins da cooperação (Frantz, 2003).

Afirma Gohn que um processo educativo “não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico” (1992, p. 17). Vai para além disso. Inerente à cooperação como processo social, aparece de forma difusa nos espaços da cooperativa, associado a processos de comunicação ou de interação entre seus integrantes. A educação aparece como resultado da interação entre sujeitos que objetivam construir espaços políticos ou espaços econômicos.

Porém, práticas de educação bancárias, segundo Freire (1975), podem também estar presentes na dinâmica operacional e de funcionamento de organizações cooperativas, diluídas nas atividades do processo da cooperação, como “práticas de ação sobre outros”, através das quais se busca influenciar modos de pensar, valores e comportamentos. Isso acontece especialmente, quando a organização cooperativa tem mero caráter instrumental no jogo das forças de mercado ou é cooptada como instrumento das grandes corporações capitalistas, na venda ou compra de produtos. A educação para a cooperação, sob a perspectiva da lógica cooperativa – promoção dos interesses dos associados (Eschenburg, 1980) – deve “desconstruir” a visão e a cultura individualista, recuperando o espaço das relações cooperativas.

A relação entre cooperação e educação está, assim, também situada no âmbito da educação popular, ou seja, parte das necessidades da população, que pela cooperação com seus semelhantes se prepara “para participar da transformação das condições de sua existência” (Fávero, 2013, p. 51). Pode-se afirmar que organizações cooperativas, na condição de experiências sociais históricas, abrigam em sua dinâmica de funcionamento processos educativos não apenas por que nelas se promove a atividade educativa com vistas à capacitação instrumental para a cooperação, mas por que, nos diferentes espaços, a educação decorre das relações sociais, que ali acontecem, tendo em vista as necessidades, os interesses, as intenções dos associados e as ações decorrentes dessa trama social complexa de práticas cooperativas. Streck e Esteban (2013) definem a educação popular como lugar de construção social coletiva. A educação popular para Paludo traz consigo uma “perspectiva contra-hegemônica e de resistência ao modo de produção capitalista” (2013, p. 65). Os seres humanos forjam assim o processo educativo “por eles e com eles, e não para eles” (Paludo, 2013, p. 65). E esse é um processo que se

dá de forma coletiva. Isto é, no espaço da cooperação, economias familiares, encontram suas condições de organização e de sobrevivência, frente à tendência de relações excludentes na lógica da economia de mercado, que tem na remuneração do capital e não do trabalho o seu escopo.

Enfim, a educação em práticas do movimento cooperativo se constitui um processo complexo, carregado de diferentes sentidos, promovidos pelas ações de gestão ou por processos de comunicação. Os conteúdos desse processo educativo são, por isso mesmo, ora mais técnicos ora mais políticos. Os debates sobre o sentido da cooperação, entre os associados, são a base dinâmica do processo educativo e de aprendizagem, constituindo uma possibilidade de afirmação de poder, por parte dos associados, quanto às decisões e rumos da cooperativa. Portanto, uma função central da educação para a cooperação, em organizações cooperativas, é a interiorização do espírito cooperativo pelos indivíduos, superando-se a situação de uma simples soma de interesses individuais. A educação como um processo que objetiva levar a comportamentos e visões de mundo, favoráveis à natureza da prática cooperativa, cumpre uma função estratégica de gestão.

REFERÊNCIAS

- BERNDT, L. (1980): Genossenschaftliches Bildungswesen. In: WINTER, H.-W.; MÄNDLE, E. (Org.). *Handwörterbuch des Genossenschaftswesens*. Wiesbaden: Deutscher Genossenschafts-Verlag eG, pp. 252-261.
- BIANCO, A. (1987): *La aventura de la cooperación*. Rosário: Alcecoop.
- BOETTCHER, E. (1974): *Kooperation und Demokratie in der Wirtschaft*. Tübingen: J. C. B Mohr.
- BRANDÃO, C. R. (1995): *O que é educação*. 33. ed. São Paulo: Brasiliense.
- DUBET, F. (1994): *Sociologia e experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- ESCHENBURG, R. (1980): Genossenschaftliche Willensbildung. In: WINTER, H.-W.; MÄNDLE, E. (Org.). *Handwörterbuch des Genossenschaftswesens*. Wiesbaden: Deutscher Genossenschafts-Verlag eG, pp. 734-741.
- FAUST, H. (1977): **Geschichte der Genossenschaftsbewegung**. Ursprung und Aufbruch der Genossenschaftsbewegung in England, Frankreich und Deutschland sowie ihre weitere Entwicklung im deutschen Sprachraum. 3. ed. Frankfurt am Main: Knapp.
- FÁVERO, O. (2013): Paulo Freire, Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). *Educação Popular*. Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, pp. 49-63.
- FEYERABEND, P. (2011): *Contra o método*. 2. ed. São Paulo: Unesp.

- FLEURY, M. T. L. (1983): *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global.
- FRANTZ, W. (2003): Educação e poder na racionalidade da cooperação. In: *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, vol. 38, n. 121, Série Cooperativismo n. 53, pp. 15-40.
- FRANTZ, W. (1980): Genossenschaftsentwicklung und genossenschaftliche Erziehung. Eine Fallstudie aus Brasilien. In: *Jahrbuch für Bildung, Gesellschaft und Politik in Lateinamerika*. Münster, n. 5, pp. 3-275.
- FRANTZ, W. (2002): Organização cooperativa. Campo de educação e espaço de poder. In: *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 37, n. 119, Série Cooperativismo n. 52, pp. 65-84.
- FREIRE, P. (1996): *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1975): *Pedagogia do oprimido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOHN, M. G. (1999): *Educação não-formal e cultura política*. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez.
- GOHN, M. G. (1992): *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez.
- HETTLAGE, R. (1987): *Genossenschaftstheorie und Partizipationsdiskussion*. 2. ed. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht.
- JARA, O. H.; FALKEMBACH, E. M. F. (2013): Educação popular e sistematização de experiências. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). *Educação Popular*. Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, pp. 151-166.
- KUHN, T. S. (2005): *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva.
- LARRANAGA, J. (1981): *Don Jose Maria Arizmendi-Arrieta y la Experiencia Cooperativa de Mondragon*. Oiartzun: Litografia Danona.
- LIBÂNEO, J. C. (1998): *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez.
- MARQUES, M. O. (1999): *A escola no computador*. Linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí: Ed. Unijuí.
- MÉSZÁROS. I. (2005): *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- MORIN, E. (2000): *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco.
- PALUDO, C. (2013): Educação popular e educação do campo. Nexos e relações. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). *Educação Popular*. Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, pp. 66-76.

- PINHO, D. B. (1966): *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. Suas modificações e sua utilidade. São Paulo: Pioneira Editora.
- SCHNEIDER, J. O. (1999): *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2. ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- SCHNEIDER, J. O. (2010): *Educação e capacitação cooperativa*. Os desafios no seu desempenho. São Leopoldo: Edunisinos.
- SEVERINO, A. J. (2007): Apresentação. In: GAMBOA, S. S. *Pesquisa em educação*. Métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, pp. 11-16.
- SEVERINO, A. J. (2005): Educação e ética no processo de construção da cidadania. In: LOMBARDI, J. C.; GOERGEN, P. (Orgs.). *Ética e educação*. Reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores Associados, pp. 137-154.
- SOUZA, A. R. (2000): Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil*. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, pp. 7-10.
- STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (2013): Apresentação. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). *Educação Popular*. Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, pp. 7-8.
- TILLMANN, H. (1980): Genossenschaftsgeschichte. In: WINTER, H.-W.; MÄNDLE, E. (Org.). *Handwörterbuch des Genossenschaftswesens*. Wiesbaden: Deutscher Genossenschafts-Verlag eG, pp. 758-794.
- TOURAINÉ, A. (1998): *Crítica da modernidade*. 5. ed. Petrópolis: Vozes.
- VESTER, M. (1975): *Die Entstehung des Proletariats als Lernprozess*. Die Entstehung antikapitalistischer Theorie und Praxis in England 1792-1848. 3. ed. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt.
- WINTER, H.-W.; MÄNDLE, E. (1980): Genossenschaftliches Demokratieprinzip. In: WINTER, H.-W.; MÄNDLE, E. (Org.). *Handwörterbuch des Genossenschaftswesens*. Wiesbaden: Deutscher Genossenschafts-Verlag eG, pp. 252-261.